



# Portugal Colonial

REVISTA DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COLONIAL

<p>FUNDADOR <b>HENRIQUE GALVÃO</b></p> <p>DIRECTOR, ADMINISTRADOR E EDITOR <b>ANTÓNIO MURALHA</b></p> <p>SECRETÁRIO DA REDACÇÃO <b>F. ALVES DE AZEVEDO</b></p>	<p>SEDE <b>RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º</b> End. Telefónico: MINERVA Telefone 24253 PROPRIEDADE DA EMPRÊSA <b>PORTUGAL COLÓNIAL</b></p> <p>NÚMERO 69</p>	<p>PREÇO AVULSO</p> <p>Metrópole..... 3\$00 Colónias..... 4\$00 (ASSINATURAS)</p> <p>Metrópole (6 meses)... 18\$00 Colónias (6 meses)... 24\$00</p> <hr/> <p>COMPOSTO E IMPRESSO OTTOSGRAFICA LIMITADA Conde Barão, 50 — LISBOA</p>
--	---	---

## SUMARIO

LITERATURA COLONIAL .....	***
ANGOLA, A MAIOR E MAIS PORTUGUESA COLÓNIA DO IMPÉRIO .....	***
CONFERÊNCIA ECONÓMICA DO IMPÉRIO — ALGUNS TRABALHOS APRESENTADOS:	
MEDIDAS TENDENTES A FACILITAR A EXPORTAÇÃO DOS AÇÚCARES—REGRAS DESTINADAS A DIRIGIR A PRODUÇÃO E A COLOCAÇÃO DOS AÇÚCARES.....	<i>Justino de Barros Gomes</i>
COMÉRCIO COM A METRÓPOLE E COMÉRCIO INTER-COLONIAL .....	<i>Henrique Nolasco da Silva</i>
MEDIDAS TENDENTES A MELHORAR OS PROCESSOS EMPREGADOS PELOS INDÍGENAS NA APICULTURA E PROVOCAR O SEU DESENVOLVIMENTO .....	<i>Capitão José Esquível</i>
TERRAS DE PORTUGAL: V—VIDAGO.....	<i>António Montês</i>
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE.....	*** e <i>Armando Ferreira</i>
NO ESTRANGEIRO .....	***
CRÓNICA DO MÊS.....	<i>H. G.</i>
NOTAS DO MÊS.....	***
INFORMAÇÕES.....	***
ESTATÍSTICA .....	***

PORTUGAL COLONIAL

# LITERATURA COLONIAL



**H**enrique Galvão deu às *Novidades* a entrevista que a seguir transcrevemos:

*A página «Letras e Artes» que vimos publicando desde há tempos é feita, às vezes, nas piores condições de trabalho, nesta vida de torvelinho, que é a vida intensa, frenética, de redacção.*

*Fatalmente incompleta sob todos os aspectos, se algum valor tem, vem-lhe por certo dos testemunhos fornecidos sobre literatura portuguesa pelos escritores que gentilmente se prestam a ser por nós entrevistados.*

*As entrevistas que temos publicado não têm pretensões literárias. Há nelas apenas sinceridade e verdade.*

*E desejamos que sejam o mais possível variadas.*

*Já aqui se falou da Poesia lírica, de literatura infantil, de música, de revistas literárias, de história, arqueologia e etnografia.*

*Hoje, vem à baila a literatura colonial. Sobre o problema que é oportuno e actualíssimo ninguém melhor nos poderia falar do que o sr. Capitão Henrique Gal-*

*vão, ilustre Director da Emissora Nacional. Espírito duma actividade rara, tôda a sua vida a tem votado à causa colonial portuguesa.*

*Pomos de parte a sua acção como Governador do distrito de Huila, província de Angola, como director das Feiras de Amstras de Angola e Moçambique e ainda como organizador, criador, realizador e director da Primeira Exposição Colonial Portuguesa, no «Palácio de Cristal» do Pôrto, em 1934.*

*Acentuemos tão somente a sua obra literária que é já vastíssima:*

*Em Terra de Pretos (crónicas); Nacionalização de Angola; Huila (relatório); História do nosso tempo; O velo de Oiro (romance); La Presse Coloniale et le Problème du Travail Indigène (tese); Um critério de povoamento europeu nas colónias (tese); La Galiza en e colónias (tese); La Galiza en el poblamento de las colónias portuguesas (conferência); Informação Económica sobre Angola; Da Vida e da Morte dos Bichos (subsídios para o estudo da fauna de Angola e notas de caça); Terras de Feitiço (contos africanos) e Sol dos Trópicos (romance).*

*Henrique Galvão não é um simples cronista frio, amarrado aos esquemas e às estatísticas. Conhecedor profundo da paisagem e da alma dos trópicos, imprime aos seus trabalhos todo o calor da floresta indígena cheia de labaredas e de imprevisíveis, de ineditismo sugestivo e de violências bárbaras. Henrique Galvão é um colonialista com sensibilidade e visão de poeta.*

*Para além do mundo selvagem dos negros, éle fixa também a expressão espí-*

ritual da civilização e da fé, em que tão grande parte tem tomado Portugal.

Mas ouçamos o escritor:

—Temos em Portugal uma verdadeira Literatura Colonial?

—Não temos uma verdadeira Literatura Colonial, pela mesma razão porque não temos pintura, escultura ou música colonial — pela mesma razão ainda porque não temos, no mundo do espírito, o ideal, o pensamento e as idéias que deveriam corresponder à importância territorial do nosso mundo colonial. Assim: temos pessoas que sentem, pensam e dominam as grandes questões espirituais e morais do império — mas não temos uma sociedade portuguesa integrada na verdade do seu destino histórico. Assim: temos homens que escrevem sobre as colónias — mas não temos uma Literatura Colonial. Temos apenas algumas obras publicadas, com melhor ou pior fortuna, mérito ou demérito, sobre as cousas e as gentes das colónias. Não penso que chegue — em qualidade sobretudo — para constituir uma literatura.

—Há superioridade nessa literatura, de maneira a dar-nos uma ideia clara e alta da Verdade Portuguesa nas nossas colónias?

—O que há é que, como disse, ainda não constitue uma literatura, não pode ter superioridade. Não vá no entanto supôr-se que não lhe atribuo qualquer mérito. Se não há literatura colonial está talvez em formação uma literatura colonial. O assunto colonial já interessa numerosos escritores. Dêsse interêsse saiu uma quantidade. Esperemos que dessa quantidade venha a sair uma qualidade. Quere dizer: estamos numa fase de crescimento, não estamos num período de decadência. É mesmo possível que, dentro de alguns anos (decerto bastantes porque estas formações são lentas) a literatura colonial venha a ser o melhor de uma literatura portuguesa.

Porque, note: também não há uma literatura portuguesa moderna, conforme os únicos sentido e significado que estas duas palavras podem ter.

—Que pensa do Romance Colonial?

—Penso que está perante um futuro brilhantíssimo, rico de assunto, exuberante de idéias, futuro luminoso e renovador. Falta-lhe apenas que os romancistas apareçam. Não sei se já nasceu algum. Sei apenas que nenhum ainda cresceu o bastante para ser bastante notado. Os materiais que as colónias, quer na sua expressão física, quer na sua expressão espiritual de mundos novos, põem ao alcance dos escritores são valiosíssimos e cheios de um interêsse novo. Simplesmente é necessário pôr os escritores e os materiais em contacto íntimo e directo. E êsse contacto é difícil. As colónias, mais do que os mundos civilizados, estão na sua fase económica de crescimento. Atraem pouco os homens de letras — porque os homens de letras são próprios dos mundos económicos organizados ou, pelo menos, dos mundos económicos que tiveram uma organização completa. Até lá as causas coloniais só disporão de literatos de passagem, que poderão escrever livros de viagens (certamente incompletos), crónicas (certamente fantasiosas e poemas de maior ou menor elevação. Para o género romance a literatura colonial, por enquanto... só tem um futuro risonho diante de si.

—E dos poemas sobre temas coloniais? E do teatro?

—Poderia responder-lhe o mesmo. Todavia há que frisar que os poemas sobre temas coloniais, têm cultivadores e produções interessantes. Em páginas dispersas de revistas e boletins encontro freqüentes vezes produções que mereceriam lugar de relêvo entre tôda a produção literária do Império. Publicado conheço um livro precioso Quissange, Saúdade Negra. O sentido lírico do nosso povo e a veia poética

que é freqüente entre nós permitem esperar produções muito curiosas.

O Teatro exige, como o romance, um conhecimento mais profundo dos meios e das cousas coloniais. E quando o teatro metropolitano está em crise, não é de prever que os autores que aqui desaparecem vão aparecer em Angola ou Moçambique. E contudo conviria animar os escritores a quem o teatro atrai a procurar, nos trópicos, assuntos, ideias, horizontes novos—porque os trópicos corresponderiam generosamente.

—Tem verdadeira paixão pela literatura colonial?

—Tenho verdadeira paixão pelas colónias e pelos assuntos que lhes dizem respeito. E aqui convém esclarecer um ponto que pode dar lugar a dúvidas por parte de quem ler esta entrevista: Não sou um escritor e, muito menos, um romancista. Escrevo com o objectivo de divulgar, de fazer amar as cousas coloniais e de despertar no povo português um sentimento mais vivo e mais forte pelas colónias—não escrevo com o objectivo de fazer literatura ou um nome literário. Escrevo porque amo as colónias e não porque ame a literatura. Tento naturalmente—e porque isso valoriza como meio o elemento de que me sirvo—escrever o mais correcta e limpidamente que posso, mas não sou nem pretendo ser um literato. Considero-me muito feliz se conseguir ser um razoável colonialista. E assim posso responder à sua pergunta: Tenho paixão pela literatura colonial na medida e nas proporções em que ela serve a minha paixão pelas cousas coloniais. Ora, como a literatura pode ser realmente um meio utilíssimo de propaganda e de formação de uma mentalidade colonial portuguesa, eu tenho-a naturalmente em grande conta e desejaria que ela encontrasse em Portugal uma produção correspondente aos temas que o Império lhe oferece.

—Dos seus livros qual pensa que melhor interpreta o pensamento colonial português?

—Nenhum dos meus livros interpreta o pensamento colonial português. Pretendi interpretá-lo numa série de três obras, das quais estão publicadas duas: O Velo de Oiro em 1933 e O Sol dos Trópicos há quinze dias. Se os acontecimentos o permitirem um terceiro volume inteiramente dedicado à obra de colonização realizada pelas missões católicas completará a trilogia: colonização pela aventura, colonização pelo trabalho, colonização pela Fé.

—A Exposição Colonial Portuguesa veio estimular a Literatura Colonial?

—Estou convencido que sim. A Exposição, por sua iniciativa, promoveu a publicação de 120 obras, das quais a maioria diziam respeito a uma literatura científica. Quer esta somente, quer a poderosa sugestão dada pelo certame, influenciaram decerto o ambiente literário e provocaram um estímulo que, aliás, tem produzido os seus efeitos nos ultteriores concursos de Literatura Colonial. Mas a Exposição do Porto foi um princípio, um primeiro passo ou um primeiro choque em incidência directa sobre toda a população do país. Tudo dependerá de outros que é preciso dar—de uma seqüência emfim.

---

• • • • •

## Conferência de Governadores

---

Tem prosseguido nos seus trabalhos a Conferência dos Governadores Coloniais, a qual à data em que escrevemos já aprovou as alterações a introduzir na Carta Orgânica do Império e na Reforma Administrativa Ultramarina, tendo também discutido alguns dos trabalhos apresentados à Conferência Económica do Império.

# ANGOLA

## A maior e mais portuguesa Colónia do Império

Pela sua importância reproduzimos na "Portugal Colonial", a entrevista concedida pelo Governador Geral de Angola ao "Diário de Notícias".

O sr. coronel Lopes Mateus não precisa de apresentação. Como ministro do Interior e da Guerra e ainda como comandante da Polícia de Segurança Pública—onde deixou uma obra que o torna credor da admiração de todos os lisboetas, a fundação do Albergue da Mitra para recolha de todos os pobres pedintes que infestavam a cidade revelou as mais altas qualidades de trabalho e de tenacidade, aliadas a um espírito disciplinador e disciplinado, de soldado da Revolução Nacional e do Estado Novo. O Governo escolheu-o, depois, para o alto cargo de governador geral de Angola. Já conhecedor dessa colónia, onde estivera como oficial do Exército, o sr. coronel Lopes Mateus teve ensejo de mais uma vez evidenciar as excepcionais qualidades que o distinguem, através duma acção forte mas equilibrada e fecunda em realizações de palpitante interesse nacional.

No momento em que se encontram em Lisboa todos os governadores coloniais, para, em conjunto, e sob a presidência do sr. ministro das Colónias, estudarem os problemas que mais interessam à administração colonial—em observância de disposições que a visão superior do sr. dr. Armindo Monteiro fez introduzir na Carta Orgânica do Império—estava naturalmente indicado o nosso jornal para ouvir o sr. coronel Lopes Mateus acerca das vantagens que da conferência dos governadores coloniais resultam para a causa do progresso de Angola e ainda acerca de alguns dos mais importantes aspectos da actividade daquela grande colónia.

E o sr. governador geral de Angola aquiesceu pronto e gentilmente. Ouçamo-lo, pois:

—Angola é a maior parcela do nosso Império Colonial e também o mais falado e mais discutido de todos os nossos domínios ultramarinos. Em artigos e conferências que versem assuntos coloniais, Angola surge sempre com os seus problemas de solução difícil, com as suas legítimas aspirações, com as suas crises atribuladoras. E não falta, entre os entendidos em coisas coloniais, quem manifeste apreensões, por vezes as mais injustificadas, e receite «elíxires» os mais variados, e, porventura, menos adequados, para fazer ressurgir e progredir a mais portuguesa das colónias portuguesas.

—Da importância da Conferência?

—Ela tem, neste momento, a maior e melhor oportunidade. Realiza-se após a conferência económica do Império, na qual foram debatidos e postos em equação os mais importantes e difíceis problemas, aos quais anda ligada a actividade agrícola, comercial e industrial da Colónia e cuja solução, boa ou má, tem nos negócios da administração pública reflexo imediato e poderoso.

Assim, além das vantagens que da conferência dos governadores podem advir, na ordem puramente administrativa, expressas na unificação de critérios governativos, na comunhão de intenções e objectivos, na disciplina da acção do comando, é lícito esperar dela o máximo rendimento no que respeita ao estreitamento e alargamento de relação entre as várias partes do Império e entre estas e a Metrópole.

### Os problemas de imediato interesse para a colónia de Angola

—Pode V. Ex.<sup>a</sup> dizer-nos, embora resumidamente, os assuntos a tratar na conferência

e o que pensa acêrca dalguns dêles em relação a Angola?

—A assistência aos indígenas, a montagem do sistema corporativo nas colónias, a revisão da Carta Orgânica e da Reforma Administrativa Ultramarina e as conclusões da Conferência Económica, são os quatro mais importantes assuntos que vão ser objecto de discussão na Conferência.

E elucida:

—Assistência aos indígenas: considero a assistência aos indígenas como representando a valorização do mais importante factor de riqueza colonial. Seria fastidioso referir o muito que se tem feito em Angola no sentido de melhorar o estado sanitário das populações nativas e de elevar o seu nível de educação moral e profissional; mas não me parece dispensável salientar que muito mais nos compete realizar, e temos de realizar, neste capítulo de acção colonizadora. Mesmo dentro dos recursos de que presentemente dispõe a colónia procuro melhorar a assistência indígena, aproveitando de maneira diferente a contribuição que às emprêsas agrícolas e industriais compete dar para a assistência médica às populações trabalhadoras e imprimindo ao ensino profissional indígena a feição agrícola que deve ter um país como Angola.

Aos médicos do Estado é indispensável permitir maior mobilidade e tanto quanto possível desviá-los da clínica particular remunerada, quando ela prejudique a assistência que se deve às populações aborígenes.

Sobre a montagem do corporativismo: Colocar as actividades da colónia a funcionar dentro do sistema corporativo já implantado na Metrópole representará, creio bem, uma necessidade imperiosa; mas constitui, simultaneamente, um problema que tem de ser resolvido com a maior prudência.

Convirá não esquecer que há em África duas ordens de produtores—os europeus e os indígenas. Estes não virão a ter ingerência no funcionamento dos órgãos a que afinal compete a sua defesa; e aqueles têm trabalhado até hoje dentro dum regime de tão ampla liberdade que difícil será adaptar aos moldes do corporativismo a sua maneira de ser e de agir. Por outro lado, a vastidão da colónia e a deficiência das suas comunicações dificultam o ordenamento e o comando das actividades.

Sobre a revisão da Carta Orgânica e da

Reforma Administrativa: A Carta Orgânica e a Reforma Administrativa Ultramarina são bem o digno complemento do Acto Colonial, documento magnífico que muito honra a Nação e prestigia o eminente homem publico, dr. Oliveira Salazar, que o concebeu. Pelo que respeita a Angola, a aplicação das disposições da Carta e da Reforma pode dizer-se, de uma maneira geral, que não acarretou dificuldades e que só trouxe vantagens. Em meu entender, as alterações a introduzirlhes são apenas de forma e em nada afectam a essência dos dois diplomas, devidos ao reformador inteligente e corajoso que é o dr. Armindo Monteiro.

### A situação financeira de Angola

#### e o equilíbrio do seu orçamento

—E sobre as finanças de Angola e o equilíbrio do seu orçamento?...

O sr. coronel Lopes Mateus responde:

—Constitue lugar comum o dizer-se que as contas de Angola eram um caos. O desrespeito pela lei, na realização e escrituração das despesas e até na arrecadação das receitas era absoluto. O Estado fazia as suas aquisições por preços às vezes superiores em 100 por cento aos normais porque pagava, quando pagava, decorridos anos. Tudo mudou. A disciplina, a honestidade e a clareza que o prodigioso restaurador e reformador das finanças da Metrópole aqui impôs reflectiram-se nitidamente em Angola graças ao esforço hercúleo dum grande ministro das Colónias e ao desejo veemente que a colónia tinha de restabelecer o seu crédito.

E hoje há orçamentos, há contas de exercício e de gerência, há crédito tão seguro que o Estado chega a fazer as suas aquisições por preços inferiores aos que são exigidos a particulares.

Não se fez tudo ainda. Da obra magnífica de Salazar muito há que adaptar à colónia. Mas um olhar retrospectivo, superficial que seja, permitirá ao mais leigo certificar-se de que Angola deu um larguíssimo passo no caminho da regularização das suas finanças e do restabelecimento do seu crédito.

Quanto ao equilíbrio orçamental, penso que é indispensável mantê-lo, e corajosamente tem êle sido mantido nos últimos anos, através de dificuldades sem conta e sacrifícios inigualáveis. Não podem já, hoje, ser contesta-

das as vantagens de fazer caber tôdas as despesas ordinárias da colónia dentro das suas próprias receitas ordinárias.

Mas é igualmente indispensável que o nível das receitas acompanhe o *crescendo* natural das despesas, que se alargam inevitavelmente em função lógica da ocupação que em todos os sentidos se vem fazendo.

Há, pois, que aumentar as possibilidades de obtenção de receitas públicas através de obras de fomento reprodutivas. E para a realização destas bem se justifica o recurso à receita extraordinária, proveniente de empréstimos, que a colónia não só está em condições de contrair com sólidas garantias de pagamento, mas também em condições de aplicar dentro da mais rígida honestidade.

### As questões económicas

#### e sua importância

A seguir, o sr. coronel Lopes Mateus refere-se ao problema económico:

—Logo no início do meu govêrno verifiquei que não tinha de me preocupar em Angola com problemas de ordem política ou social graves. Tôda a minha atenção era reclamada para as questões económicas.

«Na verdade o grande problema da colónia é o da produção, circulação e distribuição das suas riquezas. O quadro geral das actividades económicas apresentava-me, salientes, estas quatro grandes necessidades: melhorar a produção; baratear o seu custo e das despesas da sua circulação; manter e conquistar mercados; alargar a produção ao máximo. Não é indiferente a ordem por que anúncio estas necessidades: a satisfação da última depende, essencialmente da satisfação das três primeiras.

«A descrição do que se fez em todos os departamentos dos serviços públicos, no sentido de resolver o que me pareceu ser o grande problema de Angola, não cabe, resumida que seja, numa entrevista do jornal. De resto, a imprensa particular e oficial da colónia tem-na feito. Quero, no entanto, assinalar a grande melhoria que sofreram os produtos de exportação de Angola, na sua qualidade e, sobretudo, na sua apresentação. Milho e feijão gorgulhado e podre, arroz partido e sujo, café impuro e bafento, farinhas e óleos de peixe desvalorizados e impróprios—são coisas que Angola hoje não deixa sair

pelos seus portos. E quando da minha partida da colónia estavam já elaborados também os regulamentos de comércio referentes ao algodão, à cera e aos couros, os quais uma vez aplicados, porão côbro, definitivamente, às fraudes, aos desleixos e aos abusos que criaram para a produção da colónia um descrédito lamentável e prejudicial.

«Pelo que respeita ao aumento de produção, os resultados obtidos em 1926 são francamente satisfatórios. Tudo indica que a exportação será neste ano muito superior á dos anos precedentes. E tanto assim é que, tendo-se cobrado nos primeiros oito meses de 1934 direitos de exportação no valor de 3.120 contos e em 1935 nos mesmos meses 3.083 contos, em igual período de 1936 cobraram-se 4.410 contos, o que representa um aumento de mais de 40 %.

### A colonização e o equilíbrio da

#### balança económica perante a

#### Metrópole

—E quais—inquirimos—os problemas que mais interessam a opinião pública metropolitana?

—São a colonização e o equilíbrio da balança económica. A solução natural de ambos reside no alargamento da produção a que aludí já.

«O grande produtor de Angola é o prêto. Da qualidade e do valor da sua produção depende essencialmente a actividade do branco, aplicada nos vários serviços a que obrigam a circulação, transformação e distribuição das mercadorias da colónia e a circulação e distribuição das importadas. Penso, por isso, que colonização prestímosa e perdurável será, principalmente, aquela que para Angola fôr atraída pelas condições naturais da vitória, que ali se lhe oferecerem através de «mise-en-valeur» das suas inúmeras riquezas latentes e do correspondente alargamento das actividades económicas e dos serviços do Estado.

«Quanto à balança económica só o aumento de matéria exportável permitirá obter o seu equilíbrio seguro, sabido como é que a colónia tem reduzido ao mais baixo nível as suas importações. O equilíbrio da balança comercial conseguido e mantido nos últimos anos não é bastante. Angola só tem hoje prã-

ticamente uma grande fonte de cambiais: a exportação; e, pelo contrário, tem várias escoantes: a importação, os rendimentos de capitais, as mesadas dos colonos, os juros e amortizações de empréstimos, os vencimentos dos funcionários reformados e de licença, etc. Assim, para que possa verificar-se o equilíbrio da balança económica forçoso é que a balança comercial apresente um saldo favorável muito maior que o actual.

### Um decreto que salvou o comércio de Angola

E a seguir:

—Uma das maiores realizações dos últimos tempos em Angola é o auto-abastecimento determinado pelo decreto 19.773, diploma tão injustamente combatido por alguns mas que a grande maioria classifica hoje como lei salvadora do comércio de Angola e altamente benéfica para outros aspectos da sua economia. Dispendiam-se milhares de contos na importação de açúcar, arroz, sabão, peixe em conserva, carnes preparadas, manteiga, cordame, produtos cerâmicos, algodão hidrófilo, mobílias, etc. Hoje, de todas estas mercadorias, é reduzidíssima a importação; e, paralelamente pela colónia fora surge um sem número de pequenas indústrias produtoras e transformadoras, que há todo o interesse em manter e fazer prosperar. No caminho encetado, de fazer com que a colónia se baste na medida do possível, muito há ainda que fazer e pode desde já fazer-se. Entre outras actividades, quero aludir à indústria moageira, para cuja montagem está trabalhando a acção decidida e firme do actual titular da pasta das colónias dr. Francisco Machado. Dispensada que seja a importação de farinhas Angola poupa cambiais no valor aproximado de 5.000 contos, do mesmo passo que oferece ocupação para algumas centenas de cultivadores indígenas e algumas dezenas de colonos.

### Em defesa da organização dum organismo de crédito agrícola

—Quere dizer: Caminha-se para a necessidade do crédito agrícola... —obtemperámos.

—Evidentemente. Julgo necessário e ur-

gente estabelecer na colónia um organismo de crédito agrícola e melhorar as condições de concessão do crédito comercial. Só fazendo-o conseguiremos manter e alargar a nacionalização das actividades agrícolas e comerciais da colónia.

É evidente o perigo que correm neste aspecto os interesses da Nação, mas não é este o lugar próprio para o denunciar em seus detalhes. Não me furto, porém, ao ensejo de apontar este simples facto: Angola aumentou nos últimos anos a percentagem das suas aquisições na Metrópole, mas o comércio português, estabelecido na colónia perdeu terreno em favor do estrangeiro. Quere dizer: avançou-se na nacionalização do consumo, mas retrocedeu-se na nacionalização do comércio. E a razão é simples: enquanto os comerciantes portugueses dispõem de capital só obtido através de mil dificuldades e exigências e onerado com juros de oito, dez e mais por cento, os comerciantes estrangeiros dispõem dele facilmente obtido e a taxas que assinalam entre dois e quatro por cento.

### A Metrópole e seus valiosos auxílios

Felizmente o actual ministro das Colónias tem dedicado a este assunto de tanta importância o melhor da sua atenção. Não é indiscrição dixer que êle já tem várias medidas sobre este difficilissimo problema que pensa adoptar.

—Mas a Metrópole — objectámos — tem concedido, na actual situação politica, importantes auxílios a Angola...

—É verdade. Seria grave injustiça não pôr em relêvo os valiosíssimos auxílios que nesta última década têm sido concedidos à colónia pelo Governo da Nação. Os despeitados e aqueles em cuja memória rapidamente se esvai a lembrança das grandes realizações de interesse nacional, em que se têm empenhado os homens do Estado Novo, podem esquecer esse auxílio: a colónia, porém, não o esquece, antes aproveita todas as oportunidades para o pôr em evidencia reconhecidamente.

Para a reforma monetária, para a construção do porto do Lobito, para o crédito agrícola, para pagamento de dívidas ao comércio, contraídas nos tempos em que se gastava sem a noção exacta do dever de pagar, para a cobertura do «déficit» das transferên-

cias e para o fundo de manêio, para combate à praga de gafanhotos e auxílio aos agricultores sinistrados, etc., a Metrôpole financiou Angola concedendo-lhe créditos que atingem algumas centenas de milhar de contos. Não foram estes auxílios e certas providências de largo alcance no campo financeiro e económico e Angola longe estaria de ver restabelecido o seu crédito e preparadas as suas forças económicas para um largo e definitivo progresso.

### Angola e a Conferência Económica

—E qual a impressão em Angola dos trabalhos da Conferência Económica?...

—Angola acompanhou com o mais vivo interesse a Conferência Económica, onde se fez representar por alguns dos seus melhores valores, aguardando ansiosamente os resultados dos trabalhos de todos os que nela colaboraram, com grande fé, para a solução dos altos problemas que mais agitam a vida colonial. E confia em que o ilustre ministro das Colónias, que ao serviço da Conferência colocou o melhor do seu esforço de português e de colonial, não deixará de colher os frutos de tão profiados estudos em prol do desenvolvimento do Império. Entre os angolanos ecoam ainda as palavras proferidas pelo ilustre Presidente do Conselho na memorável sessão inaugural da Conferência, palavras que foram um brado de justiça para o espírito colonizador dos portugueses e representaram uma homenagem de admiração pelos que, lá muito ao longe, num trabalho exaustivo de tódas as horas, num sacrifício ardente de todos os momentos, sem compensações que estimulem e antes entre a voragem duma crise sempre prestes a aniquilar tódas as energias, trabalham e valorizam aquelas terras que são também terras portuguesas. Angola ouviu emocionada, essas palavras de enternecedora justiça pronunciadas por quem tão bem conhece o valor das actividades nacionais.

### O ressurgimento de cada colónia dentro da unidade do Império

E, a terminar, o sr. governador geral de Angola, diz-nos:

—As manifestações de vitalidade da Co-

lónia, exuberantemente provadas nos últimos anos de avassaladora crise, provocada por factos de todos conhecidos; a manutenção do equilíbrio da sua balança comercial; o equilíbrio das suas contas, a contrastar com a anarquia financeira do passado; a nova mentalidade que vem formando-se de só se efectuarem as despesas dentro da mais rigorosa economia e no limite das receitas arrecadadas, num conjunto disciplinado que tem favorecido as magníficas realizações que tivemos ocasião de admirar na exposição documentária recentemente levada a efeito em Luanda; todo este conjunto de factores, a marcar uma vida nova, torna a colónia merecedora de maiores auxílios do Poder Central, para o seu ambicionado desenvolvimento económico, dentro dos estudos e trabalhos da Conferência e outros a efectuar num plano metódico e superiormente orientado.

O ilustre Chefe do Governo, que emprestou o brilho da sua palavra à solenidade da abertura da Conferência, colaborando assim num dos acontecimentos de maior relêvo da vida nacional, não regateará decerto os meios necessários para que as suas conclusões e trabalhos realizados tenham a finalidade patriótica que todos ambicionam: o ressurgimento de cada colónia, dentro da unidade do Império.

## NOVIDADE LITERÁRIA

O NOVO ROMANCE DE

*Henrique Galvão*

# “O SOL DOS TRÓPICOS”

(ROMANCE COLONIAL)

*Os povos, a paisagem, a vida na Serra da Chela. O romance de um europeu perdido na serra e refeito pelo Sol dos Trópicos.*

300 páginas, edição primorosa da

Livraria Popular de Francisco Franco

Pedidos ao editor: LIVRARIA POPULAR DE FRANCISCO FRANCO

Travessa de S. Domingos

LISBOA

# Conferência Económica do Império

## Alguns trabalhos apresentados

**Medidas tendentes a facilitar a exportação dos açúcares**

**Regras destinadas a dirigir a produção e a colocação dos açúcares**

POR JUSTINO DE BARROS GOMES

### I.<sup>a</sup> Parte

**Condições gerais e elementos estatísticos;**

**Bases reguladoras da sua exportação para Metrópole e da sua capacidade produtiva e cultural;**

**Rateios;**

**Aumento do consumo.**

### BASES

O consumo de açúcar de produção colonial portuguesa na Metrópole, está calculado em 65.000 toneladas.

Em 1935-1936 a colónia de Angola produziu 25.344 toneladas e no mesmo período a produção da colónia de Moçambique foi de 83.857 toneladas, tendo portanto Moçambique produzido mais 58.513 toneladas.

Pela diferença da produção se pode avaliar do valor dessas indústrias nas nossas colónias do Ocidente e do Oriente.

A-apesar-da disparidade de produção indicativa da disparidade de tódas as condi-

ções económicas, nos rateios para as importações, as cotas da colónia de Moçambique, desde 1930-1931, vêm baixando sensivelmente em favor da colónia de Angola que não pode aproveitar todo o benefício que lhe dispensam, porque a sua relativamente pequena produção não lhe dá a capacidade necessária.

Assim vemos que no ano cultural de 1935-1936 à colónia de Moçambique que produz 83.857 toneladas foi-lhe arbitrada uma cota para as suas importações com «bónus» de 32.500 toneladas e à colónia de Angola que produz apenas 25.000 toneladas, foi-lhe arbitrada uma cota para as suas importações com «bónus» de 32.500 toneladas também, cota que não pôde utilizar integralmente porque entre a quantidade que pôde exportar e a que produz há um «déficit» de 7.000 toneladas, «déficit» que devemos elevar a 9.500 toneladas porque os produtores são obrigados por lei a deixar na colónia 2.500 toneladas para o seu consumo. Estes males, para a colónia de Moçambique são ainda agravados pelo «déficit» da produção de Angola não poder ser coberto por ela com os benefícios dos açúcares bonificados e ainda pelos escassos limites impostos às importações livres, limites que só podem ultrapassar-se pagando nas importações o mesmo que pagam os açúcares de origem estrangeira.

Nestas condições as indústrias açucareiras da colónia de Moçambique de dia para dia se definham sem vantagens para os industriais que são forçados a reduzir a sua laboração como já sucedeu com o encerramento de duas fábricas, sem vantagens para os produtores de Angola a quem a concorrência de Moçambique não dificulta a colocação do que produz e sem vantagem para os Governos da Colónia e da Metrópole que no regimen actual deixam de receber muitas dezenas de milhares de libras.

Urge remediar estes males para que a sua repercussão não assuma proporções de desastre.

Não se modificando a política dos açúcares é fatal o encerramento de fábricas metropolitanas de refinação por falta de ramas e uma conhecemos nós que está prestes a trabalhar só periodicamente, lançando na miséria 400 pessoas. Ampliando um pouco os detalhes deste aspecto do problema, é forçoso confessar que as restrições da produção de açúcar na colónia de Moçambique trazem como consequência inevitável além de outras que já indiquei a redução de mão de obra e portanto deixarão de ser utilizados os serviços de algumas dezenas de europeus, e de muitos milhares de pretos que trabalham em território nacional onde ganham, sem recorrer à emigração para o estrangeiro, o dinheiro para o pagamento dos seus impostos e para a satisfação das suas necessidades.



Por tudo isto e atendendo a que a indústria dos açúcares na colónia de Moçambique tem uma elevadíssima importância económica e que os capitais nela empregados representam alguns milhões de libras;

Atendendo a que essa indústria foi uma das primeiras que se estabeleceu na colónia e a ela se deve além de uma acção incontavelmente civilizadora, a criação de importantes núcleos comerciais e até a fundação de importantes e florescentes povoações hoje condenadas a desaparecer;

Atendendo a que essa indústria na colónia de Moçambique pode viver e recuperar a sua antiga prosperidade sem diminuir os proventos do Estado e sem ferir os legítimos interesses das suas congéneres da colónia de Angola;

Tendo em atenção que do barateamento dum produto sob todos os pontos de vista de primeira necessidade, deriva um maior consumo e portanto o aumento imediato da unidade de produção.

Propõe-se que de futuro toda a legislação a decretar sobre os açúcares de produção colonial portuguesa, obedeça aos seguintes fundamentos:

#### BASE I

Que seja fixado como limite máximo de exportação de açúcar com «bónus» de Angola para a Metrópole, a totalidade da sua

produção real decrescida da tonelagem que por lei é obrigada a reservar para consumo na colónia

#### BASE II

Que a colónia de Moçambique possa exportar para a Metrópole, com direito a «bónus» 50 % da sua produção total de açúcar.

#### BASE III

Verificando-se concretamente que a produção da colónia de Angola, deduzida a quantidade de açúcar que ali deixou para consumo, foi superior à previsão, os produtores da colónia de Moçambique, no ano cultural seguinte, sofrerão uma redução nas suas cotas de açúcar bonificado, igual à quantidade que a colónia de Angola deixou de exportar além da previsão e até ao limite de 50 % do consumo fixado.

#### BASE IV

Se o consumo de açúcar na Metrópole fôr inferior a 65.000 toneladas, que a diferença seja proporcionalmente diminuída no açúcar bonificado das duas colónias.

#### BASE V

Só a colónia de Moçambique poderá exportar para a Metrópole açúcar bonificado com o diferencial de \$01, ouro, na *Taxa de Salvação Nacional*, visto a colónia de Angola nunca ter tido tal exportação.

#### BASE VI

Que durante o período previsto no artigo 2.º do Decreto n.º 18.021 seja expressamente proibida nas colónias, a construção de novas fábricas açucareiras ou o aumento de capacidade das existentes, podendo, porém melhorar o sistema de maquinismos.

#### BASE VII

Quando qualquer empresa possua mais de uma fábrica e deseje reduzir o seu número, possa juntar a capacidade produtiva das fábricas que extingue à fábrica ou às fábricas que continuam em laboração.

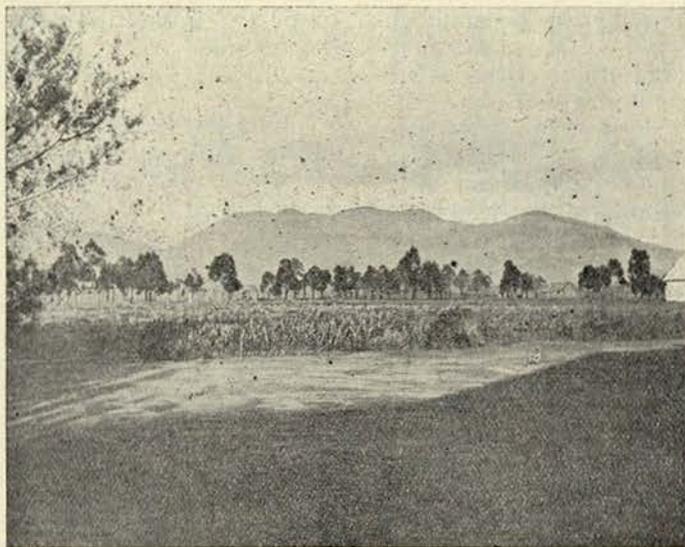
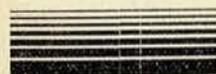
#### BASE VIII

Que durante o período designado na Base VI sejam proibidas nas colónias, novas



## ANGOLA

Planalto de Benguela



Campos de criação



plantações de cana sacarína destinadas ao fabrico de açúcar, não se considerando novas plantações aquelas que recaírem em terrenos que já as tiveram e que passaram a pousio ou a outras culturas menos extemantes, ou ainda as que foram abandonadas pela junção de capacidade de fábricas.

### BASE IX

Quando cessarem as restrições impostas pela Base VIII, por períodos não inferiores a três anos nem superiores a cinco, devem ser revistas as bases em que assenta a distribuição dos açúcares a importar das colónias portuguesas, períodos êsses que não podem considerar-se exagerados atendendo ao lento progresso que sempre tiveram as plantações de Angola.

### BASE X

Consideram-se tôdas as fábricas das colónias de Angola e Moçambique como factores industriais de uma só nacionalidade e entre elas deve ser rateada, proporcionalmente à sua capacidade produtiva, a cota que pertencer a cada colónia.

### BASE XI

Como a política dos açúcares só poderá libertar-se das fórmulas transitórias, (pelas quais há alguns anos vem sendo regulada) quando se estabeleça o equilíbrio entre a produção e o consumo; mas como no estado

de retrocesso económico em que se encontram as colónias de Angola e Moçambique, não é de preconizar a ideia de restrições na produção actual; muito útil seria promover medidas tendentes a um gradual e lento aumento de consumo, barateando a venda do produto a retalho o que fatalmente, conduziria à reconquista da antiga capacidade de colocação.

### 2.<sup>a</sup> Parte

**Considerações gerais e elementos estatísticos;**

**Sua exportação para Macau;**

**Criação dum imposto de consumo variável sobre os açúcares estrangeiros que se consomem em Macau;**

**Fixação desse imposto;**

**Conveniência dum tratado comercial com a China conquistando vantagens e preferências para os produtos nacionais.**

### BASES

As indústrias açucareiras da colónia de Moçambique mesmo que conseguissem colocar na Metrópole 50 % da sua actual produ-

ção, ainda ficariam com um saldo não inferior a 30.000 toneladas de açúcar, sem possibilidades de venda. Para atenuar a crise da abundância já encerrou duas fábricas e outras teriam também já desaparecido, se Sua Excelência o Ministro das Colónias com a promulgação do Decreto n.º 2.3018 de 4 de Setembro de 1933 não lhe deixasse antever a conquista dos mercados do Extremo-Oriente, mercados êsses que se tivessem sido abertos em tempo competente aos nossos açúcares, a crise em que se debatem, teria desaparecido, ou pelo menos, estaria muito atenuada.

As indústrias açucareiras da colónia de Moçambique, por intermédio do seu Governo, procuraram levar o Governo da colónia de Macau ao cumprimento do artigo 9.º do Decreto acima citado que lhe confere a competência de lançar um imposto de consumo sobre o açúcar de produção não colonial portuguesa, imposto que permitisse sem receios de insucesso, a introdução dos açúcares nacionais naquele mercado. Como a colónia de Macau alegava sempre, com razões facilmente combatíveis, que não possuía elementos que lhe permitissem um estudo detalhado, e como a distância de entre Moçambique e Macau é muito grande, as indústrias açucareiras da colónia de Moçambique, resolveram mandar um delegado seu a Macau, habilitado a prestar todos os esclarecimentos, e apto a desfazer tôdas as dúvidas. Mas êsse delegado regressou, sem nenhuma realização concreta porque a Secção Permanente do Conselho do Governo na sua sessão de 22 de Abril de 1935 foi de parecer, **por maioria**, «que sendo em princípio de conceder ao açúcar de produção moçambicana a protecção necessária para que só êle, praticamente venha abastecer o mercado de Macau, há contudo numerosos pontos de vista a que é necessário atender e que se ligam com êste problema; parecendo-lhe por isso que mais conveniente será aguardar-se pelos resultados da próxima Conferência do Império Colonial onde pelas colónias interessadas a questão será apresentada e estudada com um conjunto de elementos que melhor podem levar à solução mais perfeita».

Em 20 de Agosto de 1935, perante nova determinação de Sua Excelência o Ministro das Colónias para que fôsse criado o imposto de consumo de 5 avos de pataca por quilograma de açúcar de produção não colonial portuguesa consumido em Macau, novamente

reuniu o Conselho do Governo, mas as mesmas resistências triunfaram.

Por isso e considerando que a crise da abundância dos açúcares da colónia de Moçambique sairia da fase aguda que atravessa se conseguisse colocar parte do seu produto na colónia de Macau e que dessa realização surgiriam naturalmente entendimentos comerciais com os portos chineses mais próximos ampliando-se portanto a capacidade de colocação;

Considerando que a privilegiada posição geográfica de Macau em relação a determinados centros comerciais chineses de elevadíssimo valor, deve começar a ser aproveitada, porque concorrendo aos seus mercados com êxito, estaria garantida a expansão da indústria nacional;

Considerando que Macau possui 250.000 habitantes e que anualmente é visitada por milhões de «turistas» e que o seu consumo anual de açúcar não é inferior a 10.000 toneladas;

Considerando que pelas estatísticas elaboradas na Inspeção dos Serviços Económicos de Macau, se vê que o movimento da balança comercial nos anos de 1930, 1931, 1932 e 1933 foi respectivamente de 32.908.651,12, 42.804.030,18, 49.136.365,48 e 42.535.864,31 patacas e que os produtos portugueses figuram ali com uma percentagem verdadeiramente irrisória;

E considerando finalmente que os açúcares estrangeiros que abastecem o mercado de Macau não concorrem com um avo para a Fazenda Nacional;

Propõem-se as seguintes bases:

#### BASE I

Que a colónia de Macau dê imediato cumprimento ao artigo 9.º do Decreto n.º 23.018 de 4 de Setembro de 1933, criando um imposto de consumo para todo o açúcar de produção não colonial portuguesa que entre no seu mercado.

#### BASE II

Que o quantitativo dêsse imposto seja variável e calculado de maneira que sejam quais forem as oscilações cambiais, a tonelada de açúcar estrangeiro não possa ser vendida por menos de £ 12-0-0, preço actual de venda naquela colónia.

### BASE III

Que a fixação do imposto de consumo seja feita mensalmente pela Inspeção dos Serviços Económicos da Colónia de Macau de modo a ajustar-se o seu valor em relação às cotações do açúcar de produção não colonial portuguesa.

### BASE IV

Que por intermédio de Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros se advoque a celebração dum tratado comercial com o Governo chinês pedindo vantagens e preferências para os produtos nacionais, principalmente os açúcares.

## Comércio com a Metrópole e Comércio Inter-Colonial

**Concessão ao Governo de Macau da faculdade de registar as marcas dos produtos fabricados em Macau, a-fim-de evitar a sua desnacionalização**

Por HENRIQUE NOLASCO DA SILVA

**U**M dos meios de atrair para Macau novas indústrias seria a concessão ao Governo de Macau da faculdade de fazer registos de marcas dos produtos fabricados em Macau, pois que presentemente muitos dos produtos aqui fabricados levam a marca «made in Hongkong» ou «made in China», e assim conseguem o registo das suas marcas em Hongkong ou na China, geralmente com uma despesa mínima e em pouco tempo.

Podendo os industriais registar as suas marcas em Macau, com uma despesa insignificante, não deixarão de o fazer, porque ficarão tendo assim um documento comprovativo da propriedade das suas marcas que poderão invocar no caso de contrafacção praticada por outros industriais.

Esta faculdade constitui, pois, uma grande vantagem para as indústrias locais que excepcionalmente fazem o registo das suas marcas na Metrópole, porque cada registo lhes custa, em geral, uma soma apreciável que terão de dispendir com os intermediários e, além disto, o registo é muito demorado, levando geralmente 5 a 6 meses.

Assim aconselhamos a que seja promulgada lei especial concedendo à colónia de Macau a faculdade de, após devida regulamentação fazer aí o registo das marcas comerciais e industriais. Este serviço poderia ser cometido à Secretaria do Tribunal do Comércio ou à Inspeção dos Serviços Económicos.

## Medidas tendentes a melhorar os processos empregados pelos indígenas na apicultura e provocar o seu desenvolvimento

PELO CAPITÃO JOSÉ ESQUÍVEL

**A** apicultura em Timor é assunto que merece o nosso carinho e cuidado, porque um dos seus produtos, a cera, ocupa o quarto lugar na exportação da colónia, tendo, algumas vezes, ocupado o terceiro.

Outra circunstância lhe dá direito à nossa especial atenção: Apesar dos rudimentaríssimos processos de extracção, empregados pelos indígenas, ainda é o produto de exportação que maior regularidade tem mantido, tanto na quantidade exportada, como no seu valor:

### VALORES EM PATACAS

1931 — 29.000 Quilos — \$26.000,00
1932 — 22.965 Quilos — \$9.923,50
1933 — 39.039 Quilos — \$15.465,88
1934 — 32.508 Quilos — \$13.003,20
1935 — 36.056 Quilos — \$14.422,40

Possue a colónia uma riquíssima vegetação arbórea e semi-arbustiva, com floração quasi permanente. Em tôdas as regiões de média altitude, o seu clima húmido, mas temperado, determina condições extremamente favoráveis à apicultura.

Não admira, pois, que por tôda a colónia se encontre tão grande quantidade de enxames, muito principalmente nas regiões de floresta. Estes enxames são constituídos por abelhas das espécies «*apis dorsata*» e «*apis indica*» e fazem as colmeias, ou nos buracos das árvores ou na parte inferior dos grossos ramos.

O indígena, na colheita do mel e da cera, não usa de quaesquer cuidados para a conservação dos enxames. Quando quere explorar uma colmeia, faz grandes fogueiras por debaixo do ramo onde ela se encontra e, subindo à árvore, embrulhado em panos, afugenta as abelhas à fôrça de farta pancadaria, ou, se a colmeia está nalgum buraco, derruba ou queima a árvore onde o enxame se instalou. Pouco se importa com a devastação causada tanto nas árvores, como nas abelhas, não hesitando perante a sua destruição total, se para tanto houver necessidade.

O indígena utiliza o mel na sua alimentação e na confecção de bebidas fermentadas, vendendo a cera ao comércio, tal qual a colhe. O comerciante derrete-a, faz uma ligeira purificação e em seguida molda-a em game-las, ficando pronta para exportação.

De-certo que é para desejar uma imediata melhoria nos processos de exploração, mas esse resultado não é possível obter senão com a intervenção do Govêrno da colónia na dupla acção de educação e fiscalização do indígena. Um técnico especializado só para apicultura é materialmente impossível, mas, atendendo à importantíssima riqueza pecuária da colónia, não é demais pedir a admissão de um médico veterinário para superintender e dirigir êste sector, não havendo ali nenhum. A falta de pessoal subalterno especializado, sabido que as autoridades administrativas são excelentes auxiliares, quando convenientemente orientadas, recorrer-se-ia a estas para, junto do indígena, ministrarem as indicações e ensinamentos da autoridade técnica.

Também há a considerar, como inimigo importante da riqueza apícola as queimadas que os indígenas fazem na época sêca. Se elas causam graves prejuizos à riqueza flo-

restal, não menos importantes são os que resultam para a apicultura. Ainda neste particular cabe à autoridade administrativa (administradores, chefes de posto e chefes indígenas) a missão mais importante, levando o indígena a eliminar estes hábitos prejudiciais, quer pela persuasão, quer pela repressão rigorosa às infracções propostas.

Postas estas considerações, a Delegação de Timor apresenta as seguintes bases, devidamente articuladas:

Artigo 1.º—É autorizado o Govêrno de Timor a inscrever no seu orçamento a verba destinada a um médico veterinário.

Artigo 2.º—Além das atribuições inerentes à sua função de Chefe dos Serviços Pecuários, compete ao médico veterinário:

1.º—Elaborar as instruções e regulamentos tendentes ao desenvolvimento da riqueza apícola da colónia;

§ único—Para a transmissão ao indígena das instruções e regulamentos relativos à apicultura, utilizará as autoridades administrativas com as quais, neste particular, se corresponderá directamente.

2.º—Montar apiários junto das granjas administrativas, onde os indígenas verifiquem os resultados duma cuidada exploração da abelha e onde receberão os ensinamentos e material apícola que julgar necessário;

3.º—Providenciar, dentro das suas atribuições, no sentido de uma rigorosa repressão das queimadas.

---

#### Regulamento para o comércio do milho e sua farinha no território de Manica e Sofala

O Governador da Companhia de Moçambique fez publicar no seu "boletim", o regulamento para o comércio do milho e sua farinha no território de Manica e Sofala, o qual se destina a defender os interesses dos produtores daquele cereal.

Para a Junta do Comércio do Milho e sua Farinha, à qual fica competindo a superintendência, fiscalização e direcção deste comércio, foram nomeados os srs. Directores da Agricultura e Negócios Indígenas, servindo o primeiro de presidente, dr. António Maria Pereira Vilar. Eduardo da Cunha Carmona e Silva e João Luiz Simões, O exercício destes cargos é remunerado.

# TERRAS DE PORTUGAL

## V—Vidago

POR ANTÓNIO MONTÊS

MEUS SENHORES:

**C**ABE hoje a vês, a outra estância termal transmontana, a Vidago, cujas águas, foram ao que dizem, utilizadas pelos romanos, que surpreendidos pelas suas curas prodigiosas, lhe deram a designação de *Vitaago*.

Fica a afamada estância de que hoje nos ocupamos, na linha do Vale do Corgo, em pleno coração de Traz-os-Montes, e a poucos quilómetros de Chaves, a cujo concelho pertence.

Há muitos anos, um lavrador de nome Manoel de Sousa, passou pelas terras onde hoje existe uma das fontes da estância. Como levasse sede, debruçou-se a beber numa poça, onde saltava um veio de água insignificante. Notou o lavrador, que a água tinha um sabor especial, tirando-lhe, não só a sede, como o enfartamento que há muito afligia!

Animados com os resultados, voltou a beber nos dias seguintes, da mesma água, e foram tão acentuadas as melhoras, que dentro em pouco se curava dos males de estômago, que o atormentavam!

A quem encontrou, contava o sucedido, e depressa se espalhou a boa nova, que consigo levava a fama daquelas aguas santas!

Pouco a pouco, todo o Portugal conhecia as virtudes das águas, e não tardou, que caravanas de doentes, trepassem em pesados carros de parelha, as ásperas encostas do Marão, para descansarem uns dias na fértil «Ribeira de Oura», a-fim-de poderem tomar as águas da nascente milagrosa!



Em 1870, constituiu-se a «Empresa das Águas de Vidago», e com ela, veio o progresso, que transformou a modesta nascente, numa encantadora estância termal, milagre

que só foi possível com o indiscutível valor das águas, com que a Natureza dotou o privilegiado rincão transmontano.

Construíram-se estradas, veio o caminho de ferro atravessar uma região lindíssima, rasgaram-se avenidas, levantaram-se hotéis, ergueu-se um parque frondosíssimo, instalaram-se jogos, e para que nada faltasse, construíram dentro desse parque um hotel magestoso, um verdadeiro «Palace», onde o ilustre Chefe de Estado costuma passar as suas férias.

Tem a estância várias fontes, tôdas elas de tipo bicabornatado, ocupando a chamada «Fonte de Vidago» um lugar primacial, dada a sua mineralização.

As curas que de ano a ano se vêm operando na aristocrática estância, tornaram-se conhecidas, galgaram fronteiras e justificam a larga concorrência que hoje têm.

A amenidade do clima, a esplêndida situação, e o conjunto de montanhas que rodeiam a linda estância termal, são motivos de atracção a juntar à beleza dos arredores que possui.

Recentemente foi ali inaugurado pelo Sr. Presidente da República, um esplêndido campo de «golf»,—concorridíssimo por desportistas estrangeiros—, junto do parque da estância, que povoado de plátanos, acácias mimosas, cedros, castanheiros e outras árvores, é um dos mais lindos de Portugal. Lá se encontra, com uma legenda, o ulmeiro plantado em 1875 por S. M. El-Rei D. Luiz, quando ali veraneava.



Estância de cura magnífica, é também um centro de turismo notável, possuindo um conjunto de arredores digno de visita, como a histórica Igreja de Sabroso e a estância termal de Pedras Salgadas.

A pouca distância, Chaves, cidade de gloriosas tradições, situada numa região fertilíssima, com monumentos cheios de interesse, como o Castelo, a Ponte Romana e as Igrejas Matriz, da Misericórdia e de S. João de Deus.

Merecem ainda visita as nascentes de águas minerais, de temperatura elevadíssima, aproveitadas já hoje por muitos doentes.

Curiosíssimo o passeio a Montalegre, por uma estrada cheia de torcículos, rodeada de vegetação exuberante, e da qual se avistam riquíssimos panoramas.

É—pode afirmar-se—, uma das mais belas estradas de Portugal, descendo primeiro, em suave declive, até às margens poéticas do Tâmega, e trepando depois, em curvas sucessivas, por encostas ásperas. Como o declive é grande, o Tâmega, vai ficando lá no fundo do vale, e o horizonte, à medida que se sobe, vai aumentando, atingindo tal grandeza, que difícil se torna descrever tão vastos panoramas!

Os montes, onde plantaram matas de castanheiros, pinheirais e carvalheiras, lembram, na variedade de tons, uma paleta gigantesca e lá em baixo, lá muito abaixo, o Tâmega caminha serenamente, por entre as suas margens bucólicas!

Mas, se esta estrada, torcendo-se constantemente pelos pontos mais altos da montanha, é cheia de surpresas, atingindo no «Alto do Pinho» um dos mais belos miradouros transmontanos, surpresa maior é a chegada a Montalegre!

Numa volta da estrada, e quando menos se espera, surge-nos uma povoação estranha, antiquíssima, empoleirada numa colina, tendo ao centro as muralhas dum castelo magestoso projectando-se sobre o céu azul!

É Montalegre, vila barrosã, centro duma região interessantíssima, por onde andou Frei Bartolomeu dos Mártires em missão espiritual.

O casarão, humilde na maioria, é coberto de colmo. As ruas, são apertadas e estreitas e à direita da povoação, um cemitériosinho coberto de flôres, namora as margens férteis do Cávado, e olha, sem se cançar, as alturas do Larouco!

Verdadeira relíquia nacional, sentinela vigilante da nossa fronteira, merece ser olhada com carinho, pois é uma das nossas povoações mais características.

Pelo pitoresco da paisagem, pelos costumes do seu povo, pelo traje original dos seus

habitantes, merece ser visitada esta vila curiosíssima, que é, incontestavelmente, um dos mais fortes atractivos, da estância termal de Vidago.



Não ficam por aqui os atractivos desta região lindíssima!

Quem quizer atravessar a fronteira, encontra, a poucos quilómetros, a importante povoação espanhola de Verin, e perto desta, as termas de Cabreiroá e Monterrey, onde existe um interessante castelo.

E como não chegassem todos estes atractivos para classificar, como centro de turismo, a estância termal de Vidago, passa-lhe perto um dos rios mais pitorescos de Portugal, o Tâmega, cujas margens constituem um deslumbramento!

Com uma altitude de 350 metros, protegida dos ventos por elevadas montanhas, e o ar tonificado pelo perfume dos pinheirais, a estância termal de Vidago pode considerar-se uma das nossas mais belas estâncias de cura e repouso.

---

---

## ULTRAMARINA

---

---

**COMPANHIA DE SEGUROS**  
FUNDADA EM 1901

Sede no seu prédio da

**Rua da Prata, 108**  
**LISBOA**

Efectua seguros:

- Contra incêndio
- De desastres no trabalho
- De automóveis (todos os riscos)
- Marítimos
- Agrícolas
- Postais
- De cristais contra quebra

CAPITAL E RESERVAS

**Esc. 5.034.108\$95**

**Telefone D. B. X. 23348**

# DA IMPRENSA

IMPRENSA  
ESTRAN-  
GEIRA

T R A N S

**F**OI com a maior satisfação que a grande maioria dos meios coloniais teve conhecimento da enumeração das diversas medidas que o "Département," conta tomar para favorecer e acelerar a colonização belga no Congo.

Já as conhecíamos, em parte pelo menos, através de um comunicado radiofónico ou por meio de informações officiosas. Vamos agora encontrá-las, em conjunto, no excelente e reconfortante discurso pronunciado por Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro Rubbens na Sociedade Real Belga de Escriitores Políticos em 21 de Outubro.

"Perguntai-me, disse o Ministro, no seu comunicado à Sociedade de Economia Política, como se apresenta neste momento o problema da colonização branca. E eu respondo: Já não é um problema. Com efeito já não nos preocupa saber se devemos fazer colonização branca no Congo nem como a devemos fazer.

"Há muito tempo que resolvemos que a devíamos fazer e o princípio que há longos meses nos guia é o de querermos fazer de tal forma que haja num futuro tão breve quanto possível um máximo de belezas instaladas no Congo. Bem entendido, este máximo envolve um conceito relativo. É determinado por dois limites: primeiro pela impossibilidade de realizar no Congo uma colonização em massa. E todos sabem, de sobra, porquê. Em segundo lugar porque recusamos fazer lá experiências sociológicas antecipadamente votadas ao fracasso.

"Mas dentro destes limites, repito, é necessário, que dentro do mais breve prazo haja o máximo de belgas instalados no Congo.

"Estou, a este respeito, em absoluto acôrdo com o Governador Geral Mr. Rykmans.

"Todas as medidas que possam favorecer a instalação de novos colonos no Congo, com sérias probabilidades de êxito, encontrarão da sua parte uma adesão entusiástica."

Não podemos reproduzir aqui na totalidade esta comunicação. Reproduzimos esta passagem apenas para sublinhar as disposições actuais do novo Governador Geral, as quais estão em concordância perfeita com as do Ministro

— isto no sentido que há muito tempo preconizamos. É certo que a presença na Bélgica de Mr. Rykmans no momento em que o desenvolvimento da ideia colonial se manifestou de uma maneira mais intensa neste país, o seu desejo sincero de corresponder aos votos mais formalmente expressos pela palavra e pela escrita, a sua estreita colaboração com a Place Royale, contribuíram em grande parte para a realização do programa que reclamamos há muitos meses, em comunhão de ideias e de acção com os vários agrupamentos coloniais.

Se criticámos certas palavras suas, se duvidámos de alguns dos seus gestos, foi porque julgámos nosso dever defender a fundo e sem consideração pelas pessoas, uma ideia que nos é querida e de cujo triunfo dependia, em nossa opinião, a própria conservação do nosso império de Além-Mar. Eis-nos agora confiados e tranqüilos, podendo gozar um repouso no meio da caminhada para nós darmos conta do caminho percorrido.

O orçamento para 1937 duplicou o crédito de 3 milhões previsto em 1936 para execução de projectos de povoamento branco no Congo belga: está bem mas isto não é ainda senão um princípio; outras verbas bem mais importantes deverão ser aplicadas com este objectivo num futuro próximo.

O balanço apresentado pelo Ministro e que cifra em 150 o número de colonos instalados no Congo em 1936 é reconfortante. São, pelo menos, o dôbro destes que devem embarcar para a África em 1937.

Os meios apropriados estão encarados—e medidas, tais como os adiantamentos para despesas de viagem, os adiantamentos em gêneros, a deminuição das taxas de cessão das terras agrícolas, a redução das taxas e impostos que actualmente agravam as explorações agrícolas, a modificação das disposições que regulam o contrato de trabalho, aparecem como altamente oportunas.

A dispensa do depósito da caução de repatriamento pode juntar-se à controversia: perigosa se for generalizada, anti-jurídica se constitui uma medida de excepção: impõe-se sob este ponto de vista um escrupuloso cuidado.

A instalação de dois núcleos de colonização agrícola em Marungu e Nioka e a acceitação de colonos estagiários nestes dois estabelecimentos do Estado são dignos de todos os aplausos.

# COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA  
PORTU-  
GUESA

**H**AVIA muito tempo que não liamos obra romancesada que mais deliciosamente nos prendesse a atenção. O *Sol dos Trópicos*, novo romance de Henrique Galvão, não só teve esse condão, mas ultrapassou todos os bons valcínios que podíamos fazer sobre o livro sucessor do *Velo de ouro*.

Henrique Galvão é uma figura marcante da actividade contemporânea, e na literatura aparece-nos, quer no teatro, quer no livro, com obras honestas, senão excelsas, pelo menos originais, coloridas e oportunas. Tudo há, de facto, a esperar dum valor em plena pujança, mas, por isso mesmo, por que a sua actividade é requerida para diversas manifestações diferentes, e por que a índole acomodaticia do português prefere adormecer sob os louros do passado, a permanecer em luta, tudo fazia-nos supor que o novo trabalho de Henrique Galvão seria o *Violão de Ingrês*, derivativo de uma vida ocupada e diferente.

Mas não. O romance aparece-nos com uma característica quasi rara na literatura nacional moderna: a sinceridade. O livro é sentido, quente, apaixonado.

Esta característica, em romance colonial, reveste-se de proporções mais belas. Na realidade, a rubrica de romance colonial vai sendo, para o leitor obrigatório do movimento literário, o sinónimo de "trabalho forçado", em busca do prémio literário da Agência das Colónias. Quasi sempre desequilibrados, ou assopradamente patrióticos ou disfarçadamente descritivos, maçudos e a repetir já paisagens e costumes que à força têm de ser sedutores, os romances coloniais são histórias para adormecer meninos grandes.

O romance *O Sol dos Trópicos*, embora não atinja talvez a finalidade dos pontos officiais do concurso, é muito superior a qualquer obra que se prendesse no coléte de forças dessa obrigatoriedade reclamativa. É uma obra humana, mais do que colonial, mais do que nacionalista. . . é a obra de ressurgimento do indivíduo a quem a velha civilização europeia mata, e a terra, só a terra e Deus, na sua pródiga fertilidade de paisagem e beleza, faz renascer para nova vida.



O entretcho é rudimentar. Simples, como a história de Robinson Crusoe. Daí o grande encanto da obra, daí

o grande poder de escritor manifestado pelo autor: do nada criar um mundo. Um falhado da metrópole, beirão forte e sadio, mas ingénuo para as tramas da vida civilizada, busca a África para *estoiar*. Como no *Velo de ouro*, como em todos os romances, é sempre assim que se vai para a África. Ali, um facilimo acaso,—não nos interessa, nem interessou ao autor a fragilidade da real verdade neste comêço do romance—lança-o logo para o interior. A muitas léguas da parte civilizada, tendo repulsa pelos raros brancos que lá exercem o comércio com os pretos—pouco recomendável como propaganda, mas digna pelo desassombro da verdade e realismo—o herói do romance fica só, só, com a selva. Mas o *Sol dos Trópicos*, que se

sucede aos diluvianos aguaceiros do continente africano, mostra-lhe panoramas inéditos, belezas luxuriantes. Nasce-lhe, ou renasce, o instinto de viver. O amor à vida, nos seus mais rudimentares e primitivos alvôres, vai-se criando... Depois aparece um preto—Sexta-feira—o primeiro contacto com o semelhante, o surgir do sentimento da fraternidade... Depois, o cultivo e amanho da terra, o deslocar da água a sabor da inte-

ligência e mando do Homem. O repudio das miragens de ouro fácil—aquí, a lenda dos cemitérios de elefantes, como no *Velo de ouro*, eram as minas de diamantes—até à constituição do pequeno povoado, em que os negros são os simios que rodeiam Adão, até que Eva é dada pelo Criador, para companheira do primeiro homem. Eva é Marta, a vítima da vida pouco escrupulosa dos funantes, das razias dos pretos e da decrepitude do soba, até que desce ao paraíso de Chela.

Só isto e tudo isto.

Dissemos que é mais do que colonial e nacional, o novo livro de Henrique Galvão. E. À parte tratar-se dumá tribu em território português, à parte o herói ser beirão, a história é universal, pertence à humanidade inteira e isso, a nosso ver, eleva o nível da obra. Sem forçados reclames à nossa soberania, sem banalidades de compêndio geográfico, só ao fim é que o leitor sente que tudo se passa em Portugal de além-mar. Mas, a verdade e a beleza reside principalmente em que o autor não teve como único

## Comentários

Do "Essor Colonial et Maritime,"

objectivo a colónia portuguesa, mas um caso humano, à margem dos concursos coloniais.



Indicámos a sugestão do Robinson Crusoe, sem intuito depreciativo. Pelo contrário. O romance, mundialmente conhecido, seria difficilissimo de plagiar ou macaquear sem unânime desaprovação. Mas em *O Sol dos Trópicos* existe o mesmo encanto da criação da nova vida, sem que nada seja igual ou macaqueado do velho e decrépito romance. Quasi o mesmo tema, tratado com novo e excepcional brilho, excitando o gósto pelos relatos de aventuras, interessando da primeira à última página, demonstra pufança literária e de descritivo mais do que invulgares.

E entramos no "descritivo", na forma literária. É neste livro que encontramos as mais belas páginas de Henrique Galvão. Sem artificialismos, mas com nitidez precisa, o leitor sente-se possuído pela garra do escritor. Como dissemos atrás, para se obter este resultado é preciso mais do que inspiração; é preciso *ter-se sentido* a paisagem, ter-se visto a natureza, ter vivido certas manhãs, certas noites, certas névoas e luars.

Apontamos ainda: uma forma curiosa, interessante, de dar as impressões: "uma hora depois, como chapa fotográfica no banho revelador, começaram a descobrir-se os contornos bravios dos montes... "A noite veio depressa... é como um diafragma que se fecha, cerrou-se de vez o grande círculo", exemplos ao acaso; e vocábulos que, sem serem rebuscados, são de giria comum (miscar, bispar), servem no livro para melhor e mais facilmente ser dado o descritivo fácil e não empolado, que arreda sempre o público, por enjão e indiferença. As páginas de adaptação à solidude, a primeira e seguintes noites sob uma tósca e improvisada cabana, vergastada sob a chuva torrencial, e as páginas de marcha para o entro do soba Mufagondo, são páginas quentes, vividas, que merecem ser apontadas como modelares.



Tais são as impressões do livro *O Sol dos Trópicos*, romance de Henrique Galvão, que acaba de ser publicado. Já várias vezes nos temos referido a outros trabalhos deste autor, e, sempre, a nossa imparcial opinião foi expandida, apontando as qualidades e indicando, com precisão, onde julgara encontrarem-se os defeitos. É com muita satisfação que notamos que, no presente volume, nada nos deixou de satisfazer, e que podemos desassombrada e livremente, elogiar sem relicências a obra dum autor que não conhecemos. Na nossa terra, onde os louvores se medem, por maior ou menor favoritismo, esta aclaração é necessária. Ela contrabalançará a versão que um dia correu, após uma crítica desfavorável a qualquer obra teatral inferior de Henrique Galvão, pela qual se dizia que eu fôra severo por estarmos de relações cortadas! E ninguém se convence do que o que é bom é bom, e o que é mau é mau!

ARMANDO FERREIRA

## Chá Li-Cungo

Qualidade Extra-fino

Companhia da Zambézia

110

## estranheiro

### Os cafés da Etiópia

A Etiópia é a verdadeira pátria do café, cuja cultura se pratica ali há mil anos. Os primeiros grãos de semente, foram recolhidos no distrito de Kaffa, onde continua a fazer-se a colheita do café produzido por arbustos selvagens. Nas províncias de Jimma e de Sidamo, os indígenas serviam-se, ainda há uns 25 anos, dos troncos e das ramas dos cafeseiros, como lenha para o lume. Esses indígenas no entanto, não desconheciam completamente as virtudes do café, visto que se utilizavam das bagas, como beberagem habitual e cosimentos, assim como para certas cerimónias.

Evidentemente, que só faziam dêle um emprêgo limitadíssimo.

A cultura do café na Etiópia, principiou de facto a ser praticada no princípio do século actual.

Foram os árabes do Yemen, quem, depois de constatar as condições favoráveis necessárias à cultura do café, altitude, qualidade da terra, clima do planalto do Harr, principiaram a estabelecer as pequenas plantações.



Num artigo intitulado *Africa and the World*, o *Crown Colonist* declarou-se oposto a toda a redistribuição territorial entre as potências europeias, visto que os territórios africanos são mais alguma coisa do que possessões, fontes de matérias primas, ou saídas comerciais, e por tanto contratando a responsabilidade das potências coloniais pelas populações confiadas à sua guarda, exprime a opinião "que a carta política da África, não pode ser alterada nem modificada excepto no interesse dos próprios africanos.



Um decreto-lei proíbe aos soldados colonialistas ao serviço na Abissínia, de contrair casamento com mulheres indígenas, de forma a manter intacta a raça branca. O Governo sublinha que o Novo Império deve evitar o destino do Antigo Império Romano que caiu em decadência, principalmente por causa da mistura das raças. Também lhes está prohibido trabalhar por conta de patrões abissínios.

Igualmente, foi negada a autorização de imigração às várias pessoas que não tendo recursos suficientes, teriam alugado os seus serviços aos nativos ricos.



No Congo, é esperado um contingente de vinte colonos que virá estabelecer-se na colónia graças à ajuda do Governo belga.

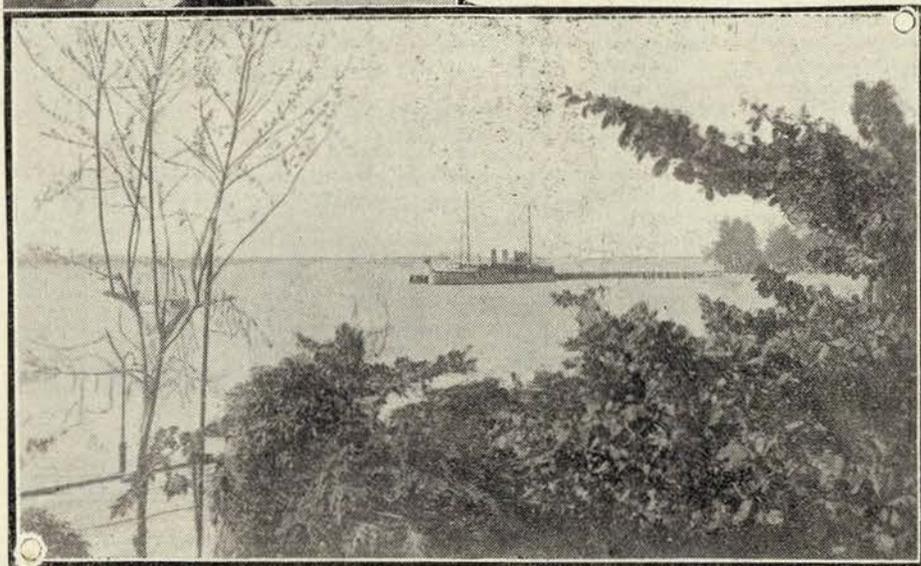
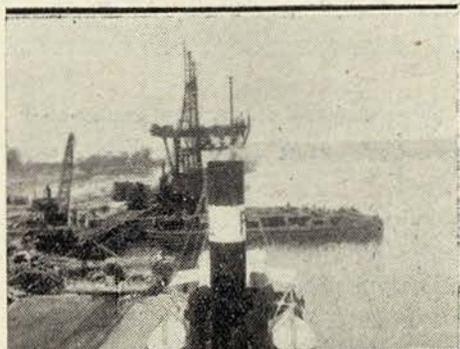
A maioria desses colonos, são antigos colonialistas que expatriaram sem esperança de voltar e que farão ir as famílias logo que a sua instalação esteja terminada.

Do "*Essor Colonial et Maritime*,"

PORTUGAL COLONIAL

# Aspectos

## do Pôrto do Lobito



# INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

## Crónica do mês **Povoamento europeu no Congo Belga**

**C**HAMAMOS a atenção dos leitores para o interessantíssimo esforço que a Bélgica está realizando em matéria de povoamento europeu no Congo.

Os nossos vizinhos em Angola, depois de duramente castigados pela crise e pelos erros de uma colonização financeira com base na bolsa de Bruxelas, estão preparando com admiráveis persistência e serenidade o ressurgimento do Congo e as vias naturais do seu prestígio e do seu progresso.

Sem se deslumbrarem mais com os planos de megalomanos caminham prudente mas seguramente. Todavia a sua prudência, ao contrário de muitas que conhecemos e que consistem em ser tão cautelosas que nada fazem, é nitidamente progressiva. Em 1936 colocaram 150 colonos no Congo e esperam duplicar o

número em 1937. Não é enorme, mas é incontestavelmente um princípio interessante—e sobretudo realizado, concreto, nítido.

As obras desta natureza, nas especialíssimas circunstâncias que envolvem as cousas coloniais, são de formação necessariamente lenta—mas é incontestavelmente consolador reconhecer-se que avançam, que caminham e que em cada ano vão juntando um valor.

Os nossos vizinhos compreenderam, felizmente, que os problemas não se resolvem com palavras ou com a ignorância, sob o domínio das organizações financeiras ou sob a pata dos políticos sem escrúpulos—e que o que se torna necessário fazer nas colónias já não é discutir, nem deitar foguetes, nem fazer colonização retórica: é agir.

H. G.

---

## Notas do mês

### Cabo Verde

Até ao fim do ano, segundo determinação oficial, são obrigados todos os residentes no arquipélago de Cabo Verde a registar no Depósito de Material de Guerra (Repartição Militar) quaisquer armas de fogo, sejam de defesa ou de caça.

• O progresso de ensino primário nesta colónia, avaliado pelo aumento de frequência e aproveitamento de alunos, atinge, presentemente, em relação ao ano de 1931, um índice de 111,9 %. Está na orientação do governo da colónia encaminhar os objectivos da instrução para o campo do ensino profissional, especializando o agrícola, pelo que projecta efectivá-lo através de "postos de ensino," dado que a população escolar marca ainda a

necessidade do estabelecimento de mais postos. Para esse fim foram desde já criados treze lugares de professores auxiliares de "postos de ensino," em substituição de oito lugares de professores de 2.ª classe, do que resultou também uma economia de 80.550\$00.

• Para pagamento do vencimento do Encarregado do Governo da Colónia de Cabo Verde, durante a ausência do respectivo Governador na Metrópole, foi aberto um crédito de 40.669\$48.

• O Governo da Colónia de Cabo Verde determinou que fôsem convertidas em postos de ensino as escolas primárias de Coculi, Chã de Igreja (concelho da Ribeira Grande), Queimadas (concelho de S. Nicolau), Fundo de Figueira (concelho da Boa Vista), S. Domingos, João Teves, Pedra Balejo, Achada da Igreja (concelho da Praia), Achada Falcão (concelho de Santa Catarina), Ribeira dos Flamengos (concelho do Tarrafal), S. Domingos, Cova Figueira (concelho do Fogo) e Tomé Barrás (concelho da Brava).

Na intenção de obter uma economia, representada em 84.396\$38, foi reduzido o quadro de Obras Públicas desta colónia. Continuam, todavia, a funcionar sob a superintendência destes serviços duas escolas profissionais de edifícios de construção civil. Na intenção de fomentar o ensino profissional técnico, o governo da colónia remodelou a sua organização, embora com ela resultasse um encargo de mais 15.000\$00.

Foram fixadas em 9.856\$00, as importâncias atribuídas como subsídio eventual aos lugares de mestres de carpintaria e serralharia da "Escola Profissional," criada em 1928.

## Guiné

Vai fazer-se uma reorganização dos Serviços Meteorológicos da Guiné.

Vão ser abertos créditos, na importância total de 3.000 contos, para construção de edifícios públicos, em Bissau.

Foram reguladas as cauções que devem prestar os funcionários dos Correios e Telégrafos que exerçam funções pelas quais sejam considerados exactores da Fazenda Nacional.

No ano lectivo de 1935-36, as escolas oficiais da colónia submeteram a exame de instrução primária 109 alunos dos quais 82 foram aprovados.

A transmissão e recepção de telegramas, em Bolama, passou a ser feito directamente pela estação radiotelegráfica. A estação telégrafo-postal da capital da colónia passou a designar-se "estação-postal," e, como tal, a desempenhar os serviços que lhe são inerentes, com excepção dos telegramas.

Foi nomeada uma comissão para organizar um projecto de regulamento de serviços de arrolamento de palhotas e cobrança do respectivo imposto, contendo tudo o que respeitar a tais serviços.

O governo desta colónia determinou que fôsse criado um "centro comercial," em Catio, área do pósto administrativo do mesmo nome e circunscrição civil de Fulacunda. Visa a providência evitar a dispersão de negócios na região, difícil assim de fiscalizar.

Foi autorizado o governador da colónia da Guiné a abrir, no corrente ano económico, um crédito especial de esc. 22.161\$96, destinado ao pagamento dos vencimentos do inspector superior de Fazenda, interino, em serviço de inspecção na colónia.

## S. Tomé e Príncipe

Os agricultores, comerciantes e exportadores residentes nesta colónia apresentaram cumprimentos e agradecimentos ao actual encarregado do governo de S. Tomé e Príncipe e pediram-lhe que os transmita ao respectivo governador que se encontra em Lisboa, e ao sr. Ministro das Colónias, pela publicação do decreto n.º 27.063, que regulou o recrutamento de serviçais para a agricultura da mesma colónia.

Foi autorizado o governador da colónia de S. Tomé e Príncipe a abrir, no corrente ano económico, um crédito especial de 10.000\$00, para pagamento de vários trabalhos preparatórios para a montagem e instalação da iluminação eléctrica na cidade de Santo António da Ilha do Príncipe.

## Angola

Foram recebidas no Ministério das Colónias algumas propostas da Direcção dos Serviços Pecuários e Veteri-

nários de Angola, que visam introduzir alguns melhoramentos neste departamento técnico e de assistência na colónia.

Para a construção de bairros indígenas na colónia de Angola estão sendo demarcados em algumas das suas províncias os respectivos terrenos, a fim de dar começo a essa importante obra, para a que já foram aprovadas as plantas das casas a construir.

Segundo comunicação recebida de Angola, as estações competentes estão promovendo o desenvolvimento da exportação de carne congelada tanto para a Metrópole como para o estrangeiro. Para esse fim vão ser mandados construir frigoríficos nos portos principais da colónia.

Nalgumas regiões de Angola, vão ser aproveitados para fins agrícolas, grande número de hectares de terreno, que desde há muitos anos eram considerados baldios.

A Direcção dos Serviços de Veterinária e Pecuária de Angola mandou adquirir grande quantidade de soros e vacinas para o tratamento de animais.

Foi já aberta ao tráfego a importante estrada acabada de construir que liga Naburangongo-Dande (Angola) com a extensão de 120 quilómetros, destinada para a drenagem dos produtos criados na fértil região do Encoço, e muitas outras povoações.

Os comerciantes de Angola pediram para as mercadorias adquiridas por eles antes da publicação do decreto que aumentou os impostos aos tecidos e vão em viagem, paguem os direitos aduaneiros ainda pela legislação anterior a esse diploma.

O governo de Angola enviou a quantia de 1.000 contos para pagamento do seus encargos na Metrópole.

Vai ser construído nos subúrbios de Loanda um novo templo católico.

A população escolar nas escolas primárias oficiais de Angola, tem aumentado consideravelmente. Devido a essa grande afluência, o Governo teve necessidade de aumentar o número de professores interinos, pois só em Loanda matricularam-se cerca de 1.000 alunos, segundo informação da Arcada.

Deve ser publicado brevemente um diploma regulando tudo quanto diz respeito a instalações, exploração e postos radiotelegráficos na colónia de Angola.

A Associação Comercial de Benguela editou um folheto para esclarecer a sua atitude contrariante ao pedido de aumento dum adicional alfandegário pelos municípios da província de Benguela, "aumento para o dôbro do adicional de 10% cobrado nas alfândegas de Benguela e Lobito."

Têm sido reabertas ao serviço público várias estações telégrafo-postais, em diversos pontos desta colónia, que haviam sido encerradas, por motivo de ausência dos respectivos chefes, que estavam em gozo de licença ou empregados noutras serviços.

Foi aberto um crédito de 650 contos para a reconstrução do farol das Palmedrulhas, em Angola.

A Câmara Municipal de Loanda contratou um técnico para dirigir os trabalhos de embelezamento da mesma cidade.

No projecto de orçamento de Angola, para o ano de 1937, as receitas são computadas em 180.266.693,50 angolares, e as despesas em igual quantia.

Foi aberta ao serviço público a nova estação telégrafo-postal de Quibocolo, circunscrição civil do Zombo (Congo Português).

Foi prorrogado até 31 de Dezembro o prazo para a conclusão do inquérito aos serviços da Caixa Económica Postal de Angola.

• Ao governo geral de Angola e ao Banco de Angola foi concedida autorização para contratarem a suspensão, até 1 de Janeiro de 1938, do prazo determinado no artigo 1.º do decreto-lei n.º 24.183, para a primeira amortização das obrigações a que se referem vários decretos-leis.

• A Junta de Defesa da Produção e do Comércio de Angola foi submetido, para estudo, um pedido de exclusivo para extracção e exploração da castanha de caju em toda a colónia.

• A Junta de Defesa da Produção e do Comércio de Angola aprovou uma nova classificação para o algodão produzido nesta colónia e respectivas bases—disposições que vão entrar em vigor na próxima campanha algodoeira.

• Os Serviços Agrícolas da província da Huíla estão intensificando a sua propaganda para ser desenvolvida a cultura de árvores de fruto.

• Estão sendo organizadas nesta colónia comissões concelhias de assistência a crianças indígenas em Calulo, Novo Redondo, Gabela, Pôrto Amboim e Muxima.

• Os jornais desta colónia registam que o último recenseamento do Congo Belga acusa a residência no território africano belga de 1.147 portugueses. A nossa colónia continua a ser a mais importante e a manter uma posição dignificante, disfrutando um assinalado ambiente de simpatia.

• Estão concluídas as colheitas de café no Amboim, cuja produção no maior número de roças, foi muito inferior à dos anos anteriores.

• Foi sugerido ao governo a promulgação de medidas animadoras da prática de sericicultura em Angola e a montagem dum pósto com o apetrechamento indispensável para tentar-se o desenvolvimento da indústria e exportação de casulos.

• Consta que está em via de realização um acôrdo comercial, entre Angola e a África do Sul, que muito deverá interessar a ambas as possessões, estando a África do Sul disposta a conceder a Angola um tratamento especial, obrigando-se a comprar anualmente a essa colónia uma determinada quantidade de produtos, importando Angola um contingente igual de produtos da União Sul Africana, que não afectará a indústria nacional.

• Segundo comunicação recebida de Angola, esta colónia exportou, no primeiro semestre do corrente ano, 465 toneladas de cera. O governo geral vai promover o desenvolvimento desta indústria.

## Moçambique

A Cooperativa dos Criadores de Gado de Lourenço Marques, já iniciou a construção da fábrica para industrialização de carnes, no local situado na avenida Álvares Cabral entre as avenidas Aguiar e Manuel de Arriaga. Espera-se que a nova fábrica esteja concluída em Janeiro próximo.

• As projectadas carreiras aéreas da Imperial Airways entre a Europa e a África do Sul, com escala pela nossa colónia de Moçambique, devem começar em Abril próximo. Os aparelhos que estão sendo construídos expressamente para estas carreiras, deverão fazer as suas experiências em Dezembro próximo, trazendo já por ocasião das referidas experiências a mala do Natal.

• Já foi adquirido, pela direcção dos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes, o terreno em que será implantado o aeropôrto de Lourenço Marques, que ficará localizado cêrca do forno crematório, além da linha férrea de Marracuene.

• Foi aberto um crédito de cinquenta contos para

aquisição de géneros alimentícios ou de sementes para distribuir na província do Sul do Save, pelos indígenas, devendo ser dada a preferência ao arroz cultivado e colhido pelos indígenas.

• Foram abertas definitivamente ao público a ponte sôbre o rio Zambeze e as vias férreas que lhe dão acesso.

• Foram estabelecidos os serviços de vales provinciais, especiais, cobranças, embolsos e encomendas-postais na estação telégrafo-postal de Moamba, na província do Sul do Save.

• Foi dado início à construção da estrada definitiva de Naguema ao Lumbo (Mussurie). Como se sabe, é na sede dêste pósto que estão instalados a direcção, oficinas e mais serviços dos Caminhos de Ferro de Moçambique.

• Os trabalhos de montagem eléctrica no caminho de ferro de Nampula estão mais adiantados, embora se tenha feito sentir falta de material.

A Junta promoverá a sua entrada no Grémio do Milho Colonial Português e, logo que seja possível, a sua constituição em Grémio do Território.

• Em 19 de Setembro último os fundos existentes nos diversos cofres desta colónia montavam a £ 152.275 e a Esc. 142.749.000\$00. Há um ano a existência era de £ 94.046 e Esc. 60.982.000\$00.

• O movimento comercial de Moçambique, no primeiro semestre do corrente ano, segundo estatísticas publicadas, acusa uma diferença para igual período do ano anterior de 90.038.136\$00.

A importação de mercadorias foi superior em 20.654.065\$00, tendo atingido a exportação o valor de 131.781.174\$00.

• A povoação de Metuge (circunscricção de Pemba, distrito de Pôrto Amélia) foi classificada em 3.ª ordem para efeitos de concessões de terrenos.

• Foram requeridos novos registos de filões de ouro e jazigos de ferro no distrito de Tete.

• Pelo governo da colónia foram destinados 430 contos para a construção duma enfermaria regional em Morrumbene.

• Foi aprovada a planta para a rectificação da povoação de Mocuba, na província da Zambézia, distrito de Quelimane.

• A Filial do Banco Nacional Ultramarino em Lourenço Marques notificou que a circulação fiduciária em 31 de Julho passado era de 106.149.086\$25 em notas e 3.318.500\$70 em cédulas.

• Prosseguem activamente os trabalhos de alargamento e terraplanagem do antigo campo de aviação de Marromeu, estando já muito adiantada a abertura da nova estrada que o servirá.

• Pelo pôrto da Beira está sendo exportado, para diversos destinos, bastante milho proveniente das Rodésias.

• Carga transportada pelos paquetes da Companhia Colonial de Navegação nos últimos cinco anos: 1931, 330.636 toneladas; 1932, 279.160 toneladas; 1934, 234.030 toneladas; 1935, 240.287 toneladas.

• Registouse agora que a época da exportação das citrinas está a terminar, que pelo pôrto de Lourenço Marques se registou maior movimento. O total da exportação dêste ano comparado com a do ano passado, é superior ao dôbro.

• O município da Beira estuda o processo de fundar na capital do Território da Companhia de Moçambique um liceu municipal.

• Segundo uma estatística recebida no Ministério das Colónias, relativa à província do Niassa, esta exportou em 1935, 39 variedades de produtos, com 87.136.286 quilos, no valor de 75.407.464\$00. A mesma província,

a-fim-de aumentar a sua exportação e assegurar os seus mercados, vai promover o desenvolvimento das suas culturas; auxiliando as autoridades, os agricultores europeus e indígenas, fornecendo-lhes sementes seleccionadas e de origem adequada às condições climáticas da região.

Os produtos a exportar de futuro serão melhor preparados, acondicionados e seleccionados, a-fim-de assegurar os mercados não só da colónia, metrópole e estrangeiro.

A província exportou nesse ano 2.379.755 quilos de algodão limpo e 13.299.251 de sisal, este produto foi todo exportado para o estrangeiro,

• Prosseguem activamente os trabalhos de reconstrução da ponte metálica sobre o Chiveve, território da Companhia de Moçambique, a qual deverá ser reaberta ao trânsito em breve.

• Por proposta da Comissão de Caça desta colónia, foram levantadas todas as restrições que tinham sido impostas quanto à caça no distrito de Pôrto Amélia, exceptuando elefantes e hipopótamos, para os quais devem ser tiradas as respectivas e habituais licenças.

• Durante o ano de 1935 o "Museu de Álvaro de Castro", em Lourenço Marques, registou 8.635 visitantes.

• O Município de Lourenço Marques está a proceder, activamente, à plantação de eucaliptos, em toda a área do Atêrro de Machaquene, para acabar com o pântano.

• Foi mandada construir a estrada de Naguema ao Lumbo numa extensão de 23 quilómetros, a qual ligará com a estrada de Messuril-Nampula, considerada de grande importância para a colónia, visto o Lumbo ser testa do Caminho de Ferro e o ponto de partida das carreiras para a Ilha de Moçambique.

• A Câmara Municipal de Lourenço Marques está na disposição de obstar à construção de barracas, palhotas e outras habitações para indígenas junto das ruas alcatroadas, ou à distância inferior a 150 metros.

• Foram consideradas abertas ao serviço as seguintes estações telegrafo-postais de Moçambique: Angoche, Chibuto, Chinde, Ibo, Inhambc, Maeia, Inharrime, Lourenço Marques (gerência), Magude, Manhiça, Manjacaze, Momba, Indamba, Moçambique, Mocimboa da Praia, Mocuba, Mampula, Pebane, Pôrto Amélia, Quelimane, Tete, Vila Cabral e Vila João Belo.

• Foi autorizado o governador geral de Moçambique a abrir no corrente ano económico, os seguintes créditos especiais:

De 41.082\$, destinado ao pagamento de fardamentos de sentenciados.

De 30.000\$, destinado ao pagamento dos vencimentos a abonar, no Ministério, aos oficiais e praças de marinha de guerra que, em comissão, prestaram serviço na colónia.

De 50.000\$, destinado ao pagamento de vencimento de trinta professores de ensino primário rudimentar, criadas pelo diploma legislativo n.º 513, de 22 de Junho do corrente ano.

De 4.570\$50 destinado ao pagamento de vencimentos de adido do antigo intendente no Ibo.

De 6.000\$, destinado ao pagamento dos vencimentos respeitantes aos meses de Junho a Dezembro do corrente ano, de um aspirante do extinto quadro dos negócios indígenas, adido fora do serviço.

De 18.000\$, destinado ao pagamento dos vencimentos, de Julho a Dezembro do corrente ano, do secretário da assistência, adido fora do serviço.

• Vai ser publicado um diploma estabelecendo na colónia de Moçambique várias penalidades, pelo trans-

porte de bebidas alcoólicas, cujo fabrico e venda é proibido na mesma colónia.

• Foi publicado um decreto, determinando que na colónia de Moçambique serão importados livres de direitos e demais impostos e adicionais, com excepção do imposto do selo, todos os materiais preferentemente nacionais, destinados à construção da futura catedral de Lourenço Marques, construção que satisfaz uma necessidade, há muito reconhecida, da maioria da população da capital da colónia, correspondendo ao mesmo tempo à intenção de se erigir digno padrão representativo da tradição cristã da obra de colonização portuguesa.

• Uma manada de elefantes destruiu, numa extensão de doze milhas, a linha telegráfica que liga Moamba ao Sabié, no distrito de Lourenço Marques.

## Índia

Durante o segundo trimestre do corrente ano entraram e saíram 49 navios no pôrto de Mormugão, sendo 36 ingleses e os restantes doutras nacionalidades, com excepção da portuguesa. O número de passageiros desembarcados foi de 304 e embarcados 355.

• O Governo da Índia, vai promover em larga escala a agricultura naquela colónia, pois segundo nos consta, a verba destinada para a agricultura do Estado da Índia, para o ano de 1937, será de rupias 129.910.103.06.

• Foi aberto um crédito de 4.000 escudos, para pagamento de despesas a fazer com o tratamento hospitalar de oficiais e praças que residam ou prestem serviço na metrópole.

• Foi homologada superiormente a verba de 47.066 rupias, proposta pela Direcção dos Serviços de Obras Públicas para a construção do quarto pavilhão do "Liceu Central", de Nova Goa.

• Durante o mês de Agosto último, pelo pôrto de Mormugão, transitou e foram exportadas as seguintes toneladas de manganês e minério de cromo-ore: 12.610 para a Bélgica; 554 para Inglaterra; 1.605 para a América.

• Em suplemento ao "Boletim Oficial" do Governo do Estado da Índia, foi publicada a proposta que contém a remodelação de todos os serviços públicos da colónia.

## Macau

A Macau Waterworks Company Limited, que se propõe fazer o abastecimento de água a Macau, pediu a aprovação dos seus estatutos ao governo português.

• Para o Liceu de Macau vai ser nomeado um director para o Laboratório do mesmo Liceu e três directores de classe.

• O projecto de orçamento de Macau para o ano económico de 1937, prevê uma receita de 4.593.300,60 patacas e uma despesa equivalente.

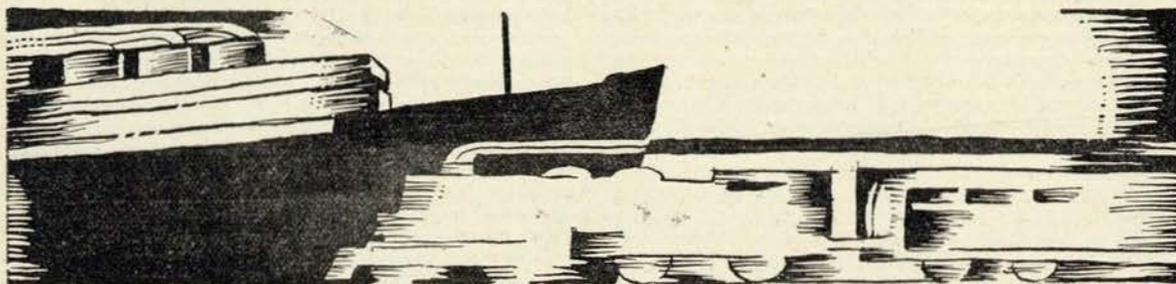
• Segundo apuramento de contas da colónia de Macau até 30 de Setembro último, o saldo positivo é de patacas 187.123,85.

• O jôgo do "Fatan", desde o regime de licenças em que entrou, por virtude da rescisão do contrato de 1935, tem-se mantido mais ou menos ao nível de \$900.000,00 patacas.

## Timor

Os Serviços de Saúde da colónia de Timor, vão adquirir grande número de vacinas anti-variola, para a vacinação dos indígenas daquela colónia.

• Foi aprovado o orçamento para o saneamento e embelezamento da cidade de Dili.



# ESTATÍSTICA

## Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914 Julho	Índice números-médios			Índice-número						
		1933	1934	1935	1935 Setembro	1936					
						Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Lisboa (cidade)..	100	1,304	1,303	1,275	1,292	1,143	1,082	1,147	1,462	1,575	1,548

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

## Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929	1935
		15 de Janeiro	15 de Dezembro
Cacau fino.....	15 quilogr.	77\$00	35\$00
Cacau paiol.....	»	62\$00	25\$00
Cacau escolha.....	»	36\$00	17\$50
Café de S. Tomé, fino.....	»	(b) 210\$00	—
Café de Novo Redondo.....	»	124\$00	40\$00
Café de Ambriz.....	»	123\$00	40\$00
Café de Encoje.....	»	116\$00	38\$00
Café do Cazengo (de 2. <sup>a</sup> ).....	»	120\$00	36\$00
Coconote.....	»	33\$00	17\$50
Copra.....	»	42\$00	19\$00
Óleo de palma, mole.....	»	45\$00	(d) 35\$00
Rícino.....	»	27\$00	20\$00
Gergelim.....	»	34\$00	20\$00
Algodão.....	Quilóg.	10\$00	6\$50
Cera.....	»	16\$00	11\$00
Cola.....	»	6\$00	(e) —
Açúcar, rama.....	»	(c) 1\$70	(e) —
Milho.....	»	\$94	—
Coiros.....	»	15\$00	6\$00

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Em tambores — (e) Não foi negociado.

## Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 31 de Agosto de 1936

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede), . . .	483.376	5.562.171	2.880.720	—	9.320.315	2.169.474
Banco N. Ultramarino (Sede)	13.236.336	4.318.562	213.634.994	—	179.694.718	129.209.728

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

## Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Setembro de 1936

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	Setembro	Janeiro a Setembro	Setembro	Janeiro a Setembro
<b>Reexportação :</b>				
Cacau . . . . .	777.884	10.143.753	2.067.156\$00	22.914.021\$00
Café . . . . .	733.568	4.655.602	1.611.511\$00	10.359.589\$00
Cera . . . . .	115.211	840.999	1.203.640\$00	8.785.160\$00
Ricino . . . . .	48.619	1.400.830	38.256\$00	1.287.605\$00
Sisal . . . . .	152.450	442.824	213.430\$00	628.459\$00
Outras mercadorias . . . . .	467.439	13.114.211	582.540\$00	9.464.509\$00
<b>Total . . . . .</b>	<b>2.295.171</b>	<b>30.598.219</b>	<b>5.716.533\$00</b>	<b>53.439.343\$00</b>
<b>Trânsito internacional :</b>				
Cacau . . . . .	—	—	—	—
Café . . . . .	159.005	3.372.347	303.810\$00	7.455.500\$00
Cera . . . . .	29.551	207.428	220.700\$00	1.990.900\$00
Milho em grão . . . . .	2.175.189	15.367.371	962.000\$00	6.608.400\$00
Ricino . . . . .	53.568	295.556	49.000\$00	304.820\$00
Sisal . . . . .	49.530	2.864.293	69.600\$00	5.496.890\$00
Outras mercadorias . . . . .	347.924	3.207.858	527.800\$00	3.091.600\$00
<b>Total . . . . .</b>	<b>2.814.767</b>	<b>25.314.853</b>	<b>2.132.910\$00</b>	<b>24.941.810\$00</b>

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

## Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas de Janeiro a Setembro de 1936

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
<b>Importadas das Colónias :</b>						
Arroz.....	497,885	7,178	3,132,084	—	—	—
Açúcar.....	20 469,145	—	—	23,179,310	—	—
Café.....	—	—	—	—	—	—
Trigo em grão.....	—	—	—	—	—	—
Peles em bruto.....	556,453	17,054	110,661	99,228	—	—
Algodão em caroço, rama ou cardado.....	1,411,818	—	—	1,626,041	—	—
Sementes oleaginosas.....	—	—	—	—	—	—
Milho.....	10,663,856	—	—	1,511,212	—	—
<b>Exportadas para as Colónias :</b>						
Vinhos do Pôrto (decalitros).....	2,673	239	627	8,916	120	1,302
» da Madeira (decalitros).....	—	—	—	178	—	63
» comuns tintos (decalitros).....	313,759	13,897	62,778	383,887	32,796	1,298
» » brancos (decalitros).....	—	—	—	—	—	—
» licorosos (decalitros).....	3,755	457	275	3,064	34	1,012
Azeite de oliveira..... quilos	309,757	33,280	38,040	383,233	20,203	21,046
Conservas de vegetais..... quilos	51,453	882	4,358	71,139	2,199	3,831
Conservas de sardinha.....	20,307	—	16,052	140,733	4,153	6,065
Conservas de peixe não especificado.....	—	—	—	—	—	—
Cortiça em rolhas.....	457	—	—	2,531	—	105

Do Boletim da D. G. E.

## Acções de Companhias Coloniais

1936		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OFERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		15 Outubro 1936		15 Novembro 1936	
						C.	V.	C.	V.
191\$00	185\$00	1-6-1936	1935	L. 6\$00	Agrícola das Neves.....	187\$00	189\$00	255\$00	103\$00
205\$00	180\$00	23-3-1936	1935	L. 6\$00	Agricultura Colonial (Soc.).....	185\$00	—	240\$00	99\$00
605\$00	386\$00	12-10-1936	1 <sup>o</sup> -1936	L. 8\$00	Açúcar de Angola.....	384\$00	—	605\$00	370\$00
120\$00	105\$00	15-7-1929	1928	£ 0-3-2 <sup>2</sup> / <sub>3</sub>	Boror.....	97\$00	—	150\$00	53\$00
27\$00	—	—	1927	—	Cabinda.....	16\$50	19\$00	27\$00	13\$00
38\$50	35\$00	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 1 a 150.000 1. <sup>a</sup> Em. ...	33\$50	34\$40	39\$50	28\$00
36\$00	—	11-7-1929	1927	£ 0-0-0,6	Buzi—de 150.001 a 300.000 2. <sup>a</sup> Em. ...	—	34\$40	37\$00	27\$50
21\$00	20\$00	1-4-1929	1927	L. 10\$00	Colonial de Navegação.....	—	21\$00	21\$00	15\$00
400\$00	390\$00	20-4-1936	1935	L. 12\$00	Ilha do Príncipe.....	389\$00	392\$00	435\$00	197\$00
22\$00	20\$80	2-6-1930	1928-29	L. \$99	Zambézia—t. 25.....	16\$00	20\$50	22\$00	11\$80